

TRT PE

500 QUESTÕES GABARITADAS - TRIBUNAL
REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
— PERNAMBUCO

Comum aos cargos
de nível médio e superior



CÓD: SL-034NV-24
7908433266228

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática e raciocínio lógico	49
3. Noções de legislação	65
4. Noções de Sustentabilidade	73
5. Noções de Direitos Humanos	79
6. Noções de informática	99
7. Segurança de Dignitários	115
8. Noções de Planejamento de Segurança	123
9. Legislação	141

LÍNGUA PORTUGUESA

1. FCC - 2024

A mesma regra justifica a presença de acento em todas as palavras em:

- (A) fanático, solitário, científico, cômico.
- (B) irlandês, polinésio, congolês, indonésio.
- (C) terapêutico, mímica, antepenúltimo, lírico.
- (D) cerimônia, descartável, espécie, música.
- (E) imundície, horário, melancólico, longínquo.

2. FCC - 2024

Considere a tirinha Bichinhos de jardim.



(Disponível em: <https://bichinhosdejardim.com>)

O futuro do pretérito, no contexto apresentado, foi usado para referir

- (A) uma situação hipotética, associada a uma condição que, se não for cumprida, pode impedir sua realização.
- (B) um fato passado, anterior a outro fato também ocorrido no passado.
- (C) um fato futuro em relação ao momento presente.
- (D) uma situação hipotética que não se realizará no futuro.
- (E) um fato concluído no passado.

3. FCC - 2024

Considere a crônica “Tartaruga de arrastão”, de Rachel de Queiroz.

O caso deu-se aqui na Ilha, numa pescaria de arrastão. Da primeira redada veio um tal peixe que causou espanto: ninguém podia crer que naquele côncavo de mar morasse tanto peixe assim. Havia de ser alguma piraçema que ia passando, para lá de três toneladas de pescado foram apanhadas de uma só vez. Na segunda redada nada veio, ou quase nada – fugira a piraçema ou fora toda colhida pela rede. Entretanto, no meio daquele quase nada apareceu um bicho estranho: uma tartaruga do mar. Tartaruga diferente daquelas fluviais que a gente conhece, tartaruga das profundezas salinas, meio peixe, porque em vez de pernas tem nadadeiras.

Primeiro ela se debateu e tentou de todas as maneiras furar a malha. Depois foi agarrada e atirada ignominiosamente na areia, de barriga para cima. Por fim puseram-na em posição normal; e ela, recuperando imediatamente a compostura, estirou o pescoço enrugado e correu em torno de si um olho temeroso. Não sei se os presentes compreen-

deram quanto havia de surpresa, terror e pasmo nos olhos da tartaruga. Muito pior que um bicho da terra pego numa rede: este pode estranhar a prisão, mas afinal continua dentro de um elemento conhecido, pisando chão, vendo árvores familiares, sentindo o cheiro da terra. A tartaruga não: para ela, nascida e vivida no mar aquela era a mais estranha, a mais inacreditável e terrível das aventuras. Para aquela tartaruga era o mesmo que seria para um de nós vermo-nos transportados subitamente, sem dano físico, até o fundo do mar. Imagine que estranho, que portentoso e medonho não parece. As caras desconhecidas de ignorados animais – no caso, homens. E todos, todos, canibais ou pior que isso – pois bem sentia ela sobre o seu casco grosso, sobre a carapaça encaracada, o olhar doce e alento e cobiçoso dos comedores de carne.

A sorte da coitada foi ninguém chegar a um acordo sobre a forma de abatê-la. E sorte maior o fato de ninguém, pessoalmente, querer se responsabilizar pela carnificina naquela quinta-feira santa. Mas levaram-na para o galinheiro – que ignomínia, uma veterana dos sete mares a ser atirada entre as galinhas, na noite que deveria ser a última da sua vida; ela que decerto esperava sepultar-se entre areias claras, nalgum maciço colorido de anêmonas do mar. Mas felizmente para a tartaruga, incerto é o coração do homem, incertos, os seus impulsos. Tanto vai para um lado como para o outro, tanto procura devorar hoje o seu irmão bicho, como amanhã o festeja e liberta. O fato é que um coração se apiedou da tragédia e houve mão que abriu a porta da capoeira e encaminhou a marcha rampante do bicho marinho em direção da praia, em direção do mar, sua pátria. Ela também não esperou arrependimento, não hesitou, não agradeceu. Cortou a areia deixando um rastro longo, penetrou na água como um barco a deslizar do estaleiro, mergulhou, emergiu, voltou a cabeça ainda assustada para aquele mundo sujo, escuro, inimigo, onde viviam os homens, onde esperava nunca mais voltar; e mergulhou de novo, abraçando toda a água que podia entre as nadadeiras abertas.

(Adaptado de: QUEIROZ, Rachel de. 100 crônicas escolhidas: um alpendre, uma rede, um açude. Rio de Janeiro: José Olympio, 2021)

Na segunda redada nada veio, ou quase nada – fugira a piracema ou fora toda colhida pela rede. Entretanto, no meio daquele quase nada apareceu um bicho estranho: uma tartaruga do mar. Tartaruga diferente daquelas fluviiais que a gente conhece, tartaruga das profundezas salinas, meio peixe, porque em vez de pernas tem nadadeiras. (1º parágrafo)

Nesse trecho, a cronista relata uma série de fatos ocorridos no passado. Um fato anterior à esse tempo passado está indicado pela seguinte forma verbal:

- (A) *conhece.*
- (B) *fugira.*
- (C) *tem.*
- (D) *veio.*
- (E) *apareceu.*

4. FCC - 2024

Ideal do filósofo Jean-Jacques Rousseau

A crítica às sociedades civilizadas e a idealização do homem primitivo, manifestadas a todo passo nas obras do filósofo Rousseau [1713-1784], foram vistas por muitos intérpretes como a expressão de um desejo de retorno à animalidade. Mas o que o filósofo sempre pretendeu não foi exaltar a animalidade do selvagem, mas sua mais profunda humanidade em relação ao homem civilizado.

O homem, para Rousseau, não se regenera pela destruição da sociedade e com o retorno à vida no meio das florestas. Embora privado, no estado social, de muitas vantagens da natureza, ele soube adquirir outras: capacidade de desenvolver-se mais rapidamente, ampliação dos horizontes intelectuais, enobrecimento dos sentimentos e elevação total da alma. Se os abusos do estado social civilizado não o colocassem abaixo da vida primitiva, o homem deveria bendizer sem cessar O instante feliz que o arrancou para sempre da animalidade e fez de um ser estúpido e limitado uma criatura inteligente. O propósito visado por Rousseau é combater os abusos e não repudiar os mais altos valores humanos.

Os abusos centralizam-se, para ele, na perda da consciência a que é conduzido o homem pelo culto dos refinamentos, das mentiras convencionais, da ostentação da inteligência e da cultura, nas quais se busca mais a admiração do próximo do que a satisfação da própria consciência. Rousseau, em uma palavra, não pretende queimar bibliotecas ou destruir universidades e academias; reconhece a função útil das ciências e das artes, mas não quer ver os artistas e intelectuais submetidos aos caprichos frívolos das modas passageiras. Pelo contrário, glorifica os esforços laboriosos da conquista intelectual verdadeira, que se realiza na luta contra os obstáculos da violência e na atividade do espírito crítico, livre de pressões.

(Adaptado do encarte, sem identificação de autoria, do volume Rousseau = Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 474-475)

É adequada a articulação entre os tempos & os modos das formas verbais na seguinte frase:

(A) Rousseau dava demonstração de que respeitava o saber das universidades e das academias a cada vez que reconhecia a função útil das ciências.

(B) Caso não viesse a glorificar os esforços laboriosos da conquista intelectual verdadeira, Rousseau não terá lutado contra os obstáculos da irracionalidade.

(C) Embora nunca tenha pretendido exaltar a animalidade do selvagem, ocorreria que muitos intérpretes de Rousseau houvessem de atribuir-lhe tal intenção.

(D) Os abusos da vida social civilizada teriam colocado o homem muito abaixo da vida primitiva, caso ele venha de falo a cometê-los.

(E) Para Rousseau, os abusos do estado social centralizar-se-iam na perda da consciência a que o conduzirá o culto dos refinamentos artificiais.

5. FCC - 2024

Para responder a questão, baseie-se no texto abaixo.

Leis dos homens e leis da Natureza

Enquanto as /eis dos homens buscam ordenar o comportamento dos indivíduos e da sociedade como um todo, de modo a tornar a vida comunal mais segura, as /eis da Natureza são deduzidas de observações de toda uma variedade de fenômenos. Da mesma forma, enquanto as leis dos homens são baseadas em valores morais que variam de cultura para cultura e conforme o decorrer do tempo, as leis da Natureza buscam uma universalidade, tentando descrever comportamentos concretos - e verificáveis - que ocorrem no espaço e no tempo.

Com isso, se para um grupo certos rituais são aceitáveis, enquanto para outro os mesmos rituais são considerados bárbaros, estrelas em todo o cosmos vêm fundindo hidrogênio em hélio seguindo as mesmas regras desde o seu aparecimento, por volta de 200 milhões de anos após o Big Bang. Se em alguns países a pena de morte é um ato imoral, enquanto em outros é instituída com um zelo quase que fanático, moléculas em trilhões de planetas e tuas nesta e em outras galáxias combinam-se e recombina-se em reações químicas que seguem as mesmas leis de conservação, de atração e repulsão entre os reagentes.

As variações nas /eis dos homens mostram que pouco sabemos sobre nós mesmos, e tampouco conseguimos concordar sobre quais são os valores morais universais, ou mesmo se esses existem. Por outro lado, a precisão das leis da Natureza, sua universalidade, vem inspirando muitos pensadores a usá-las como base para todas as leis, incluindo as leis dos homens. Basta lembrar-se da busca de leis sociais, fundamentadas rigidamente na racionalidade que caracterizou o Iluminismo. Essa busca não começou aí, existindo já bem antes do século XVIII. Consideremos, por

exemplo, Platão e suas Formas Ideais: há no pensamento desse filósofo da Antiguidade, um senso de veneração com o poder da matemática, e ainda mais com o poder da mente humana, por ter concebido o que pareciam ser verdades eternas a partir da observação do comportamento da Natureza.

(Adaptado de: GLEISER, Marcelo. A Ilha do conhecimento. Rio de Janeiro: Record, 2023. 7.ed., p. 288-289)

É plenamente regular o emprego do elemento sublinhado na frase:

(A) Muitos fiéis consideram bárbaros os mesmos ritos de que outros fiéis consideram sagrados.

(B) As leis humanas buscam o equilíbrio comunal à que aspiram as sociedades mais justas.

(C) As leis da natureza constituem um repertório de fenômenos aonde sua regularidade é incontestável.

(D) A veneração com cuja Platão considerava o poder da matemática levou-o às formas ideais.

(E) É admirável o rigoroso zelo a que se obriga aquele cientista no acompanhamento de sua experiência.

6. FCC - 2024

As vezes tento imaginar o mundo sem literatura. Eu sentiria falta dos livros nos aviões. Livrarias e bibliotecas teriam espaço de sobra nas estantes (e as minhas não estariam transbordando). A indústria editorial não existida como a conhecemos, nem a Amazon, e não haveria nada em minha mesa de cabeceira quando não consigo dormir à noite.

Tudo isso seria lamentável, mas mal arranha a superfície do que seria perdido se a literatura nunca tivesse existido, se as histórias só fossem contadas oralmente e nunca tivessem sido escritas. Um mundo assim é quase impossível de imaginar. Nosso sentido de história, da ascensão e queda de impérios e nações. seria completamente diferente. A maior parte das ideias filosóficas e políticas nunca teria existido, ou teria sido esquecida, porquanto a literatura que deu origem a elas não teria sido escrita. Quase todas as crenças religiosas desapareceriam com as escrituras em que foram expressas.

A literatura não é apenas para os amantes dos livros. Desde que surgiu, há 4 mil anos, ela moldou a vida da maioria dos seres humanos que vivem no planeta Terra.

(Adaptado de: PUCHNER, Martin. O mundo da escrita. Trad. SOARES. Pedro Maia. São Paulo: Companhia das Letras. 2019)

Quase todas as crenças religiosas desapareceriam com as escrituras em que foram expressas. Substitui adequadamente a expressão sublinhada:

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. FCC - 2022

Numa companhia com dez setores de atendimento, o setor que realiza 80 atendimentos semanais teve, em uma semana, um acréscimo de 30% no número de atendimentos em relação à semana anterior e os demais setores mantiveram o mesmo número de atendimentos. A variação da média semanal de atendimentos da companhia em relação à média de atendimentos da semana anterior foi:

- (A) 3 atendimentos
- (B) 1,5 atendimento
- (C) 3,2 atendimentos
- (D) 2,4 atendimentos
- (E) 2 atendimentos

2. FCC - 2022

Em um consultório dentário anota-se diariamente o nome do paciente, o horário de início e término de cada consulta. A tabela a seguir mostra as consultas realizadas em um dia.

Paciente	Início	Término
A	10h45	11h20
B	11h30	12h15
C	14h	14h40
D	15h10	15h40
E	16h05	17h00

O tempo médio, em minutos, de uma consulta foi

- (A) 40
- (B) 35
- (C) 42
- (D) 45
- (E) 41

3. FCC - 2022

Uma escola de ensino médio possui 30 alunos e 5 professores. A idade média dos alunos é de 16 anos e a dos professores é de 34 anos. Um professor acaba de ser contratado e a idade média dessas 36 pessoas passou a ser de 19 anos.

A idade do novo professor é:

- (A) 56 anos.
- (B) 26 anos.
- (C) 35 anos.
- (D) 40 anos.
- (E) 34 anos.

4. FCC - 2024

Considere as premissas abaixo sobre o conceito estatístico da Mediana:

I. É um resultado que depende da posição e não dos valores dos elementos na série ordenada.

II. É muito influenciada pelos valores extremos de um conjunto de dados.

III. É o quociente da divisão da soma dos valores da variável pelo número deles.

IV. É conhecida, assim como “quartis”, “percentis” e “decis”, pelo nome genérico de separatrizes.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

- (A) III e IV.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

5. FCC - 2022

A tabela a seguir fornece as frequências relativas acumuladas correspondentes aos salários dos funcionários de uma empresa que não possuem nível superior.

Classe de salários (em salários mínimos)	Frequências relativas acumuladas (%)
1,5 – 2,5	10
2,5 – 3,5	25
3,5 – 4,5	M
4,5 – 5,5	M + 25
5,5 – 6,5	100

Observação: Não foram fornecidas as respectivas frequências da 3ª e 4ª classes, mas sabe-se que utilizando o método da interpolação linear o valor da mediana destes salários apresentou valor igual a 4,125 salários mínimos. M é um parâmetro real.

O valor médio destes salários, em salários mínimos, calculado como se todos os valores de uma classe coincidam com o ponto médio da respectiva classe, é igual a

- (A) 4,5
- (B) 3,3
- (C) 3,7
- (D) 4,1
- (E) 3,0

6. FCC - 2022

A tabela de frequências absolutas abaixo refere-se à distribuição dos salários (S) dos empregados que não possuem nível superior em uma empresa, sendo que não foram fornecidas as frequências da 2ª e 3ª classes dos empregados homens, denotadas na tabela por x e y, respectivamente.

Classes de Salários R\$	(Frequências) Homens	(Frequências) Mulheres	Total
..... 00 < S ≤ 2.500	20	25	45
..... 00 < S ≤ 3.500	x	40	40 + x
..... 00 < S ≤ 4.500	y	10	10 + y
..... 00 < S ≤ 5.500	15	5	20
Total	80	80	160

Foram calculadas separadamente, pelo método da interpolação linear, as medianas dos empregados homens e das mulheres, sendo que o valor da mediana referente ao dos homens superou em R\$ 425,00 o valor referente ao das mulheres. O valor médio dos salários dos homens, calculado como se todos os valores de uma classe coincidam com o ponto médio da respectiva classe, é igual a

- (A) R\$ 3.925,00
- (B) R\$ 3.525,00
- (C) R\$ 3.875,00
- (D) R\$ 3.375,00
- (E) R\$ 3.625,00

7. FCC - 2024

A tabela abaixo apresenta um conjunto de dados, com intervalos de classes e frequências absolutas por intervalo, que demonstram os pesos das pessoas que deram entrada, numa única noite, em um posto de saúde público.

l	peso (kg)	fi
1	40 – 44	11
2	44 – 48	5
3	48 – 52	3
4	52 – 56	8
5	56 – 60	12
6	60 – 64	1
7	64 – 68	9
8	68 – 72	6
9	72 – 76	10
10	76 – 80	7
	Σ	72

Para esse caso, a Moda Bruta é de:

- (A) 58 kg.
- (B) 64 kg.
- (C) 56,4 kg.
- (D) 60,6 kg.
- (E) 70 kg.

8. FCC - 2023

Sabendo-se que o desvio padrão de X é 9, a variância de $3X + 12$ é:

- (A) 729
- (B) 81
- (C) 39
- (D) 873
- (E) 741

9. FCC - 2023

Em determinada empresa, a população (P1) é formada pelos salários dos 100 empregados, sendo que a média salarial é igual a 5 salários mínimos (SM) e o desvio padrão igual a 0,5 SM. Sabe-se que 20 empregados ganhando, cada um, 5 SM saem da empresa formando uma nova população (P2) com os 80 empregados restantes. É correto afirmar que

- (A) o salário médio de P2 é igual a 4 SM.
- (B) o coeficiente de variação de P2 é igual ao coeficiente de variação de P1.

- (C) o desvio padrão de P2 é igual ao desvio padrão de P1 multiplicado por 1,25.
- (D) a soma dos quadrados dos elementos de P1 supera a soma dos quadrados dos elementos de P2 em 250.
- (E) a variância de P2 é igual a 5/16.

10. FCC - 2022

Uma população P1 é formada pelos salários, em salários mínimos (SM), dos 100 empregados em uma empresa. A média dos salários de P1 é igual a 4 SM com um coeficiente de variação igual a 20%. A empresa decide contratar mais 25 empregados ganhando, cada um, 6 SM e verifica que o salário médio passa a ser de 4,4 SM. A nova população P2 formada, com 125 empregados, apresenta uma variância igual a

- (A) 1,152
- (B) 1,440
- (C) 1,248
- (D) 1,210
- (E) 1,690

11. FCC - 2022

Oito amigos sentam-se, ao acaso, ao redor de uma mesa retangular com 4 lugares em cada um dos lados mais longos. A probabilidade de Ana e Abel ficarem sentados em frente um do outro é:

- (A) $\frac{1}{14}$
- (B) $\frac{1}{8}$
- (C) $\frac{2}{7}$
- (D) $\frac{3}{8}$
- (E) $\frac{1}{7}$

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO

1. FCC - 2023

A Lei nº 8.112/1990 especifica que o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor é denominado

- (A) quadro, cuja divisão far-se-á mediante distribuição dos cargos públicos por unidade administrativa.
- (B) cargo público, cujo provimento far-se-á mediante ato do Presidente da República para todos os casos.
- (C) cargo público, cujo provimento far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder.
- (D) carreira, cuja promoção far-se-á mediante ato do Presidente da República para todos os casos.
- (E) carreira, cuja promoção far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder.

2. FCC - 2023

A Lei nº 8.112/1990 define que servidor é a pessoa

- (A) aprovada em concurso público de provas e títulos.
- (B) nomeada para provimento em cargo público.
- (C) legalmente investida em cargo público.
- (D) nomeada, em caráter efetivo, para cargo de confiança vago.
- (E) designada para provimento de cargo de confiança vago, salvo na condição de interino.

3. FCC - 2024

Clara, servidora pública federal, fora demitida de seu cargo, sob acusação de acumulação irregular. Porém, obteve, por meio de ação judicial, decisão anulatória do ato demissional, visto que ficou constatado que os cargos eram acumuláveis, ao contrário do que concluiu a Administração. Transitada em julgado a decisão, verificou-se, na fase de cumprimento da sentença, que o cargo originalmente ocupado por Clara e do qual fora demitida havia sofrido transformação, por força de lei. Nesse caso,

- (A) haverá reintegração da autora no cargo resultante da transformação do cargo originalmente ocupado.
- (B) a autora será colocada em disponibilidade remunerada com proventos proporcionais ao tempo de serviço até que haja eventual recriação do cargo originalmente ocupado.

(C) a reintegração ficou prejudicada, podendo a autora pleitear perdas e danos em razão da Irreversibilidade da demissão.

(D) deverá a autora ser reintegrada no cargo originalmente ocupado, que será recriado por força do efeito preclusivo da força julgada.

(E) invés de reintegração, haverá a aplicação do instituto do aproveitamento, desde que haja compatibilidade de vencimentos e atribuições em relação ao novo cargo.

4. FCC - 2023

A Lei nº 8.112/1990 que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais estabelece que

- (A) o gozo dos direitos políticos e a idade mínima de vinte e um anos são requisitos básicos para investidura em cargo público.
- (B) o direito das pessoas portadoras de deficiência de se inscrever em concurso público para provimento de cargo é absoluto e independe da compatibilidade das atribuições com a deficiência de que são portadoras.
- (C) a investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação.
- (D) a investidura em cargo público independe de aptidão física.
- (E) a nomeação e a promoção são formas de provimento de cargo público.

5. FCC - 2023

Nos termos constantes da Lei nº 8.112/1990, o retorno à atividade de servidor mediante aproveitamento tem como condição que esse servidor

- (A) esteja em disponibilidade.
- (B) seja novamente aprovado em concurso público.
- (C) não tenha sido apenado com advertência.
- (D) tenha se aposentado.
- (E) trabalhe em sede diversa do novo cargo.

6. FCC - 2023

Dentre as formas de provimento dos cargos públicos, nos termos do que prevê a Lei federal nº 8.112/1990, a

- (A) readaptação configura reingresso do servidor nos quadros da Administração Pública, em virtude de desaposentação.
- (B) reversão configura reingresso do servidor nos quadros da Administração Pública, em virtude de decisão judicial que tenha anulado sua anterior demissão.
- (C) reintegração tem lugar no caso de servidor estável previamente demitido, quando a demissão tiver sido invalidada administrativa ou judicialmente.
- (D) recondução configura reinvestidura do servidor nos quadros da Administração Pública, em virtude de desaposentação ou de reintegração do ocupante anterior.
- (E) readaptação tem lugar somente quando o servidor tiver experimentado limitação física que o impeça de realizar suas anteriores funções, impondo-se, na inexistência de cargo vago, a disponibilidade do servidor, com integral remuneração.

7. FCC - 2023

Considere o seguinte histórico, referente a servidor no mesmo município:

- data da publicação do ato de provimento: 10/3/2022.
- data da posse: 20/3/2022.
- data da entrada em exercício: 30/5/2022.

Nos termos constantes da Lei nº 8.112/1990, há ilegalidade, uma vez que

- (A) a data da posse não tem como referência a data da publicação do ato de provimento.
- (B) a posse deve ocorrer no prazo de quinze dias contados da publicação do ato de provimento.
- (C) a posse e a entrada em exercício devem ocorrer na mesma data.
- (D) a entrada em exercício independe da data da posse.
- (E) é de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

8. FCC - 2023

A Lei nº 8.112/1990 estabelece que, ao entrar em exercício, a aptidão e a capacidade do servidor nomeado para cargo de provimento efetivo serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo. Essa avaliação é definida como

- (A) exercício de cargo probatório.
- (B) interstício probatório.

- (C) tempo probatório.
- (D) estágio probatório.
- (E) teste probatório.

9. FCC - 2023

De acordo com o regime estabelecido pela Lei nº 8.112/1990, caso determinado cargo público seja extinto, ao servidor efetivo estável que esteja ocupando o referido cargo aplica-se o instituto da

- (A) disponibilidade, com aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
- (B) requisição, podendo ser convocado para desempenhar as mesmas atribuições em órgãos ou entidades de outros poderes, mediante cessão.
- (C) readaptação, com participação compulsória em programas de formação ou cursos de capacitação que o habilitem a desempenhar atribuições de maior complexidade.
- (D) reversão em extranumerário, podendo optar pela aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- (E) redistribuição, ficando o servidor autorizado a desempenhar as atribuições do cargo de origem em outra lotação, sem acréscimo da remuneração original.

10. FCC - 2023

Um servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região sofreu limitação em sua capacidade física, conforme verificada em inspeção médica e foi investido em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com sua limitação. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, respeitada a habilitação, nível de escolaridade e equivalência salarial, esse servidor passou por

- (A) reversão.
- (B) aproveitamento.
- (C) readaptação.
- (D) reintegração.
- (E) recondução.

11. FCC - 2023

A Lei nº 8.112/1990 dita que recondução é forma de

- (A) posse de cargo público.
- (B) designação para cargo público.
- (C) nomeação para provimento de cargo público.
- (D) promoção para cargo público.
- (E) provimento de cargo público.

12. FCC - 2023

Um servidor estável do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região teve sua demissão invalidada por decisão administrativa. Nesse caso, a Lei nº 8.112/1990 prevê a reinvestidura desse servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação. Todavia, o cargo anterior foi extinto. Nesse caso hipotético, a referida norma estabelece que esse servidor

- (A) será exonerado.
- (B) ficará em disponibilidade.
- (C) passará por processo de readaptação.
- (D) será nomeado para um cargo em comissão de provimento externo.
- (E) será transferido.

13. FCC - 2023

Nos termos previstos na Lei nº 8.112/1990, considere os seguintes fatos:

Servidor A: Sofreu limitações em sua capacidade física, verificada em inspeção médica, e foi investido em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com sua nova condição

Servidor B: Estava aposentado, mas precisou retornar à atividade por interesse da Administração.

Servidor C: Já era servidor estável, foi aprovado em concurso para outro cargo no mesmo órgão, mas foi inabilitado no estágio probatório e retomou ao cargo anteriormente ocupado.

Esses servidores passaram, correta e respectivamente, pelos processos de

- (A) readaptação, reversão e recondução
- (B) aproveitamento, reintegração e reversão.
- (C) readaptação, reintegração e recondução.
- (D) aproveitamento, reversão e recondução
- (E) readaptação, reversão e reintegração.

14. FCC - 2023

A Lei nº 8.112/1990 dispõe que exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público

- (A) ou da função de confiança e o prazo para entrada em exercício é de 15 dias contados da data da nomeação.
- (B) ou da função de confiança e o prazo para entrada em exercício é de 30 dias contados da data da posse.
- (C) efetivo, mas não da função de confiança, e o prazo para entrada em exercício é de 15 dias contados da data da posse.

(D) ou da função de confiança e o prazo para entrada em exercício é de 15 dias contados da data da posse.

(E) efetivo, mas não da função de confiança, e o prazo para entrada em exercício é de 15 dias contados da data da nomeação.

15. FCC - 2023

O instituto da readaptação, na forma como disciplinado na Lei nº 8.112/1990, consiste

(A) na hipótese de retorno de servidor ao cargo de origem, após exoneração de cargo de livre provimento, demandando a realização de novo período de estágio probatório, com avaliação simplificada na hipótese de ter sido confirmado no cargo efetivo, após o cumprimento de estágio probatório anterior.

(B) no período precedente à confirmação do ocupante de cargo de nível técnico em outro cargo de nível superior, quando a investidura neste último tenha ocorrido por transposição ou em virtude de transformação do cargo por lei.

(C) na movimentação do servidor, de ofício, para cargo diverso de sua primeira investidura, que somente é possível na hipótese de verificar-se, no estágio probatório, inaptidão técnica para as funções correspondentes, devendo ser mantida a remuneração original.

(D) no retorno do servidor ao cargo de origem, na hipótese de reversão de aposentadoria por invalidez, com prazo de 2 anos para comprovar a capacidade laborativa, período em que será acompanhado por junta médica que, ao final, deverá pronunciar-se sobre a confirmação ou não da reversão.

(E) na investidura em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com limitação sofrida pelo servidor em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica, com atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos.

16. FCC - 2023

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, dentre outros, são exemplos de situações das quais decorrem vacância do cargo público os casos de

- (A) exoneração e aproveitamento.
- (B) promoção e readaptação.
- (C) demissão e disponibilidade.
- (D) aposentadoria e recondução.
- (E) falecimento e reintegração.

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

1. (2024)

Conforme disposição expressa contida na Resolução CNJ nº 400/2021, que trata sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, logística sustentável e definida como

(A) parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico.

(B) aquisição conjunta de bens e serviços que geram menor impacto ambiental, maior inclusão social, consideram a dimensão cultural da sustentabilidade e a eficiência econômica, com ganho de escala.

(C) conjunto de procedimentos e operações técnicas para produção, tramitação, uso e avaliação de documentos, com vistas à sua guarda permanente ou eliminação.

(D) desfazimento de todo material que, em razão de sua utilização, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a 2 anos.

(E) processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando o ambientalmente correto, o socialmente justo e o desenvolvimento econômico equilibrado.

2. (2023)

Para implementar a política de sustentabilidade, o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho utilizou-se de instrumento que se alinha à Estratégia Nacional do Judiciário, e aos Planos Estratégicos dos órgãos, com objetivos e responsabilidades definidas, indicadores, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que permite de estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade, que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão. Nos termos da Resolução CNJ nº 400/2021, esse instrumento é

- (A) o Programa de Eficiência Ambiental
- (B) o Programa de Alinhamento Estratégico
- (C) o Plano de Logística Sustentável
- (D) o Plano Plurianual Sustentável
- (E) a Gestão Compartilhada

3. (2023)

Durante um evento de treinamento para os aprovados no concurso de um Tribunal Regional do Trabalho, foi destacada a importância da adoção de práticas institucionais que tenham como objetivo a promoção de comportamentos éticos e contribuam para o desenvolvimento ambiental, social, cultural e econômico, melhorando, simultaneamente, o meio ambiente e a qualidade de vida. Nos termos da Resolução CNJ nº 400/2021, essas práticas definem:

- (A) gestão sustentável.
- (B) missão institucional.
- (C) visão institucional.
- (D) ações de sustentabilidade.
- (E) eficiência multidisciplinar.

4. (2023)

Um servidor de um Tribunal Regional do Trabalho propôs que as aquisições conjuntas de bens e serviços passem a ser realizadas por organizações públicas de diferentes setores ou entre unidades de uma mesma organização pública. Em um primeiro momento, houve dúvida sobre a legalidade dessa forma de aquisição. Todavia, o servidor enfatizou que essa prática é abarcada pela Resolução nº 400/2021 do CNJ e que, além de fomentar a produção e o consumo sustentáveis no país, gera menor impacto ambiental, maior inclusão social, considera a dimensão cultural da sustentabilidade e a eficiência econômica, com ganho de escala. Esse tipo de contratação é denominada

- (A) acessível.
- (B) compartilhada.
- (C) seletiva.
- (D) sustentável.
- (E) eficiente.

5. (2023)

A Resolução CNJ nº 400/2021, dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário. As aquisições e contratações efetuadas pelo órgão do Poder Judiciário quanto aos bens, serviços e obras, inclusive na execução de reformas, na locação, aquisição e manutenção predial de bens imóveis, nos termos da referida Resolução, devem observar

- (A) os critérios de sustentabilidade.
- (B) os planos de cooperação integrada.
- (C) os convênios entre os órgãos do Poder Judiciário.
- (D) os parâmetros orçamentários.
- (E) os índices de desenvolvimento compartilhado.

6. (2023)

Os servidores de um Tribunal Regional do Trabalho participaram de curso relacionado ao atendimento dos regramentos previstos na Resolução nº 400/2021 do CNJ, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário. Naquela ocasião, foi enfatizado que assessorar o planejamento, a implementação, o monitoramento de metas anuais e a avaliação de indicadores de desempenho para o cumprimento dessa Resolução cabe

- (A) à Comissão Sustentável Permanente.
- (B) à Unidade de Sustentabilidade.
- (C) à Comissão de Eficiência Ambiental.
- (D) ao Grupo Logístico Compartilhado.
- (E) ao Conselho Gestor Administrativo.

7. (2023)

Contratações compartilhadas consistem na aquisição conjunta de bens e serviços que geram menor impacto ambiental, maior inclusão social, consideram a dimensão cultural da sustentabilidade e a eficiência econômica, com ganho de escala, visando fomentar a produção e o consumo sustentáveis no país. Para os fins da Resolução nº 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, as contratações compartilhadas são realizadas

- (A) entre unidades de uma mesma organização pública ou privada, exclusivamente.
- (B) por organizações públicas ou privadas de diferentes setores, não sendo possível a realização de contratações compartilhadas entre unidades de uma mesma organização, seja ela pública ou privada.
- (C) por organizações públicas de diferentes setores, exclusivamente.
- (D) por organizações públicas de diferentes setores ou entre unidades de uma mesma organização pública.
- (E) entre unidades da mesma organização pública, exclusivamente.

8. (2023)

Nos termos da Resolução nº 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça, a unidade de sustentabilidade

- (A) tem, dentre outras competências, a de subsidiar a administração com informações que auxiliem a tomada de decisão sob o aspecto social, ambiental, econômico e cultural.
- (B) deve, obrigatoriamente, ser subordinada diretamente à Diretoria-Geral do órgão do Poder Judiciário.
- (C) não é responsável por monitorar metas do Plano de Logística Sustentável (PLS), pois tal competência pertence às unidades gestoras responsáveis pela execução do Plano de Logística Sustentável.
- (D) deverá observar a lotação mínima de 3 (três) servidores(as) nos tribunais que possuam menos de 5.000 servidores do quadro de pessoal.
- (E) deve ter caráter provisório, pois avalia os indicadores de desempenho anualmente.

9. (2023)

Segundo a Resolução nº 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça, o processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando o ambientalmente correto, o socialmente justo e o desenvolvimento econômico equilibrado, denomina-se:

- (A) coleta seletiva solidária.
- (B) logística sustentável,
- (C) gestão documental.
- (D) ponto de equilíbrio.
- (E) prática de racionalização.

10. (2023)

Considere:

- I. As ações culturalmente diversas têm como objetivo respeitar a variedade e a convivência entre ideias, características, gêneros e regionalismos no ambiente de trabalho.
- II. Resíduos recicláveis descartados consistem em materiais não mais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, rejeitados pelos órgãos do Poder Judiciário.
- III. No conceito de “quadro auxiliar” estão inseridos, dentre outros, juizes(as) leigos(as) e voluntários(as).

Nos termos da Resolução nº 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça, está correto o que consta APENAS de

- (A) II
- (B) I
- (C) II e III
- (D) III
- (E) I e III

11. (2023)

De acordo com a Resolução nº 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça NÃO constitui competência da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável:

- (A) sugerir tarefas e iniciativas às unidades para o alcance das metas e realização das ações propostas no Plano de Logística Sustentável.
- (B) elaborar relatório de desempenho anual do Plano de Logística Sustentável.
- (C) deliberar sobre os indicadores e metas do Plano de Logística Sustentável.
- (D) apoiar o fomento de ações, que estimulem, dentre outros aspectos, o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos.
- (E) propor a revisão do Plano de Logística Sustentável.

12. (2023)

Considere:

I. A adequada gestão dos resíduos gerados deve promover a coleta seletiva, com estímulo à sua redução, ao reuso e à reciclagem de materiais, e à inclusão socioeconômica dos catadores de resíduos, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e as limitações de cada município.

II. A sensibilização e a capacitação do corpo funcional e, quando for o caso, de outras partes interessadas devem estimular de forma contínua o consumo consciente, a responsabilidade socioambiental, a qualidade de vida, equidade e diversidade no âmbito da instituição, bem como a reflexão para que as pessoas possam atuar como agentes transformadores em sociedade.

III. A promoção da equidade e da diversidade deve se dar por políticas afirmativas não discriminatórias, de forma a assegurar aos quadros de pessoal e auxiliar, às partes e aos usuários do Poder Judiciário, o pleno respeito à identidade e expressão de gênero, religião, estado civil, idade, origem social, opinião política, ascendência social, etnia, e outras condições pessoais.

IV. O controle de emissão de dióxido de carbono dar-se-á pelo uso de fontes de energia renováveis e não renováveis, por campanhas à não utilização de combustível fóssil e por campanhas para o plantio de árvores, contra o desmatamento e as queimadas nas florestas.

Nos termos da Resolução nº 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça, está correto o que consta em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

13. (2023)

De acordo com a Resolução nº 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça, material de consumo corresponde a todo material que, em razão de sua utilização, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a

- (A) 5 anos.
- (B) 3 anos.
- (C) 4 anos.
- (D) 2 anos.
- (E) 10 anos.

14. (2023)

Nos termos da Resolução nº 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça, o Plano de Logística Sustentável (PLS) é instrumento que se alinha à Estratégia Nacional do Judiciário, e aos Planos Estratégicos dos órgãos. Acerca do tema, o PLS

- (A) não deve ser composto por indicadores de desempenho relacionados à qualidade de vida no ambiente de trabalho, vez que tal tema não se amolda ao objetivo do plano.
- (B) tem por objetivo uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão fragmentada do órgão.
- (C) configura-se como instrumento da Política de Governança de Contratações do órgão, e sua gestão deve ser efetivada por órgãos externos ao Poder Judiciário.
- (D) será instituído por ato do Presidente da República e publicado no sítio eletrônico do respectivo órgão.
- (E) visa garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

15. (2022)

A definição de “coleta seletiva solidária” na política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 400/2021) consiste

- (A) na análise da série histórica de consumo e inovações do mercado consumidor.
- (B) na aquisição conjunta de bens e serviços que geram menor impacto ambiental, maior inclusão social.
- (C) nos parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens em função do seu impacto ambiental, social e econômico.
- (D) na destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.
- (E) no processo de coordenação do fluxo de materiais considerando o ambientalmente correto e o desenvolvimento econômico equilibrado.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

1. FCC - 2023

Considere os seguintes textos:

[...] Os direitos humanos, mais que direitos “propriamente ditos”, são processos; ou seja, o resultado sempre provisório das lutas que os seres humanos colocam em prática para ter acesso aos bens necessários para a vida.

(HERRERA FLORES, Joaquín. A (re) invenção dos direitos humanos. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009, p. 28)

[...] Mas é preciso estar atento e forte. O senso comum imagina que a democracia é algo que você veste e sai andando – não é.

[...] Se tiver uma faixa “DEMOCRACIA, ENTRE”, é bobagem, você vai entrar e levar um soco na cara. Os poetas dizem que a democracia é uma utopia, algo que se busca não que consome. É um desafio que uma sociedade determinada exercita como experiência cotidiana. Assim como a ideia de liberdade, de integridade de um povo, a democracia deve ser constantemente construída, ela não tem o dom de se instalar e está sujeita a todo tipo de ataque”.

(KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 44)

A partir da análise dos textos acima, em cotejo com as construções teóricas e jurisprudenciais sobre democracia e direitos humanos, é correto afirmar:

- (A) A democracia e a concretização dos direitos humanos são processos históricos sem retrocessos depois de instalados.
- (B) A construção da democracia e dos direitos humanos dispensam o resgate da memória histórica, já que são experiências cotidianas.
- (C) O processo de concretização dos direitos humanos e de fortalecimento democrático tem sido linear e definitivo.
- (D) O direito à verdade não se aplica a contextos declaradamente democráticos, pois visa apurar fatos ocorridos em regimes abertamente ditatoriais.
- (E) As garantias de não repetição buscam fortalecer a democracia e prevenir futuras violações de direitos humanos.

2. FCC - 2022

O término da 2ª Guerra Mundial é considerado um marco de especial importância na evolução histórica dos direitos humanos. Em parte, isso se deve ao fato de que, a partir de então,

(A) reafirma-se e consolida-se a noção de soberania nacional como principal instrumento de garantia dos direitos de seus cidadãos.

(B) o indivíduo, como pessoa natural, emerge, ao lado de outros atores, como importante sujeito do direito internacional de direitos humanos.

(C) com a criação da Liga das Nações, todos os países passam a se comprometer ativamente com a observância dos direitos humanos em território nacional.

(D) passa-se a reconhecer, a partir da experiência do holocausto, o caráter universal dos direitos humanos, até então restritos a grupos de pessoas declaradas vulneráveis.

(E) surgem os primeiros tratados internacionais para reduzir os efeitos das guerras sobre a população civil e oferecer proteção para militares capturados ou feridos.

3. FCC - 2022

Pelo princípio da vedação ao retrocesso, em matéria de direitos humanos, também conhecido como princípio da proibição de regresso,

(A) a testemunha, após prestar o seu depoimento em audiência, não poderá mais alterá-lo.

(B) a aplicação da lei só pode regular efeitos futuros, não podendo retroagir.

(C) o preso, após a progressão do regime fechado para o semiaberto, não poderá mais voltar para o regime mais severo.

(D) os direitos não podem retroagir, só podendo avançar na proteção dos indivíduos.

(E) não há crime sem lei anterior que o defina e não há pena sem prévia cominação legal.

4. FCC - 2022

Considere as assertivas a respeito da trajetória histórica e do conceito de Direitos Humanos.

I. A concepção moderna dos direitos humanos se baseia nos princípios da universalidade, do direito natural à vida, à liberdade e ao pensamento.

II. As declarações dos direitos humanos além de assinalarem situações históricas e traumáticas, de servirem para preservar a humanidade da violência, e de buscarem a transformação, assinalam uma busca de um consentimento social e político de direitos que não são reconhecidos por todos.

III. A distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais consiste em que os direitos humanos estão positivados no plano internacional; enquanto os direitos fundamentais estão positivados na Constituição Federal.

IV. Os direitos humanos têm como objetivo preservar direitos mínimos à sociedade e reduzir as vulnerabilidades sociais ocasionadas pelo modo de produção e reprodução capitalista.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I, II e III.
- (D) I e IV.
- (E) II e IV.

5. FCC - 2024

Documento que é considerado um marco na história dos direitos humanos e proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e nações,

(A) a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, enuncia uma gama de direitos e liberdades que não poderão, em nenhum caso, ser exercidos contrariamente às finalidades e aos princípios das Nações Unidas.

(B) o Pacto de São José da Costa Rica, de 1969, constituiu uma Comissão e uma Corte de Direitos Humanos como órgãos competentes para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados-Partes no Pacto.

(C) a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, estabelece que o exercício pelos indivíduos dos direitos e liberdades que enuncia só poderá ser limitado pela lei, exclusivamente com o fim de garantir o exercício dos direitos e liberdades dos outros.

(D) o Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos, de 1966, consigna que os Estados-Partes comprometem-se assegurar a homens e mulheres igualdade no gozo de todos os direitos econômicos, sociais e culturais que enumera.

(E) o Pacto de São José da Costa Rica, de 1969, prevê que nenhuma de suas disposições poderá ser interpretada de forma a excluir outros direitos e garantias inerentes ao ser humano ou decorrentes de forma democrática de governo.

6. FCC - 2023

Nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948,

(A) todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos na Declaração, sem distinção, salvo se fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença a pessoa.

(B) ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, salvo em período de guerra declarada de acordo com as leis de caráter nacional e internacional.

(C) todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, ainda que a perseguição seja motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

(D) ninguém será mantido em escravidão ou servidão, sendo a escravidão e o tráfico de escravos proibidos em todas as suas formas.

(E) ninguém poderá ser culpado por ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito, admitindo-se apenas a imposição de pena mais grave do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso, se previsto em norma de direito internacional.

7. FCC - 2022

A Declaração Universal dos Direitos Humanos

(A) foi o primeiro diploma a reconhecer o direito à comunicação, à informação e ao acesso às novas tecnologias.

(B) estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

(C) dispõe que todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

- (D) tem um capítulo exclusivo para a defesa e proteção dos índios e das comunidades tradicionais.
 (E) foi aprovada na IX Conferência Internacional Americana, realizada em Bogotá, em 1948.

8. FCC - 2024

Considere as seguintes afirmações, acerca das garantias processuais mínimas, à luz do Pacto Internacional sobre Direitos Civis & Políticos:

- I. Todas as pessoas são iguais perante os tribunais e as cortes de justiça.
 II. Toda pessoa terá o direito de ser ouvida publicamente e com as devidas garantias por um tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido por lei, na apuração de qualquer acusação de caráter penal formulada contra ela.
 III. A imprensa e o público poderão ser excluídos de parte de um julgamento, quando o interesse da vida privada das partes o exigir, mas não de sua totalidade, a menos que o interesse de menores exija procedimento oposto, ou o processo diga respeito a controvérsias matrimoniais ou à tutela de menores.

IV. Qualquer sentença proferida em matéria penal ou civil deverá tornar-se pública.

Estão correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
 (B) II, III e IV.
 (C) I e IV.
 (D) I, III e IV.
 (E) I e II.

9. FCC - 2024

Nos termos do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, em virtude do direito à autodeterminação, os povos

- I. determinam livremente seu estatuto político.
 II. asseguram livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.
 III. podem dispor livremente de suas riquezas e de seus recursos naturais, sem prejuízo das obrigações decorrentes da cooperação econômica internacional, baseada no princípio do proveito mútuo, e do Direito Internacional.
 IV. poderão estabelecer restrições a que pessoas pertencentes a minorias étnicas, religiosas ou linguísticas tenham, conjuntamente com outros membros de seu grupo, sua própria vida cultural, professem e pratiquem sua própria religião e usem sua própria língua.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
 (B) III e IV.

- (C) I e II.
 (D) I e III.
 (E) II e IV.

10. FCC - 2024

É instância de proteção dos direitos humanos na ordem internacional

- (A) o Tribunal Penal Interamericano, constituído nos termos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
 (B) a Comissão de Conciliação ad hoc, constituída nos termos do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.
 (C) o Comitê de Direitos Humanos, constituído nos termos do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
 (D) a Corte Internacional de Direitos Humanos, constituída nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
 (E) o Comitê Interamericano de Direitos Humanos, constituído nos termos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

11. FCC - 2023

Nos termos do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1966,

- (A) as pessoas pertencentes a minorias étnicas, religiosas ou linguísticas poderão, no interesse da segurança e unidade nacionais, ser privadas do direito de ter, conjuntamente com outros membros de seu grupo, sua própria vida cultural, de professar e praticar sua própria religião e usar sua própria língua.
 (B) o exercício do direito de toda pessoa associar-se livremente a outras estará sujeito apenas às restrições previstas em lei e que se façam necessárias, em uma sociedade democrática, para os fins especificados no Pacto, sendo vedado, contudo, restringir o exercício desse direito por membros das forças armadas e da polícia.
 (C) o regime penitenciário consistirá num tratamento cujo objetivo principal seja a reforma e a reabilitação moral dos prisioneiros, devendo os delinquentes juvenis ser separados dos adultos e receber tratamento condizente com sua idade e condição jurídica.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. FCC - 2023

No *prompt* de comandos do Windows 10, um policial digitou o comando `ipconfig` e pressionou a tecla Enter para

- (A) mudar o endereço IP do seu computador.
- (B) ver o endereço IP do seu computador na rede.
- (C) renovar o endereço IP do seu computador.
- (D) conectar seu computador à rede local.
- (E) obter seu endereço IP público na internet.

2. FCC - 2023

Na área de trabalho do Windows 10, em português, há um ícone de lixeira, onde ficam guardados ou referenciados os arquivos excluídos do HD ou SSD. Para limpar a lixeira e excluir os arquivos contidos nela permanentemente, deve-se

- (A) clicar com o botão direito sobre o ícone e selecionar a opção Esvaziar Lixeira.
- (B) selecionar a lixeira e pressionar simultaneamente as teclas Ctrl X.
- (C) clicar com o botão direito sobre o ícone e selecionar a opção Excluir Tudo.
- (D) selecionar a lixeira e pressionar simultaneamente as teclas Ctrl SHIFT X.
- (E) dar um duplo clique sobre o ícone da lixeira, selecionar o menu Ferramentas de lixeira e clicar na opção Limpar.

3. FCC - 2023

No *prompt* de comandos do Windows 10, em português, ao se digitar o comando `ipconfig` e pressionar a tecla Enter

- (A) é exibido, dentre outras informações, o endereço IPv4 do computador, por exemplo, 192.168.15.7
- (B) abre-se uma janela na qual será possível configurar o endereço IPv4 e IPv6 do computador.
- (C) as configurações dos adaptadores de rede do computador são resetadas e reconfiguradas automaticamente.
- (D) as configurações dos adaptadores de rede são exibidas e um novo endereço IP para o computador é solicitado.

(E) é exibido, dentre outras informações, o endereço IPv4 do computador, por exemplo, 2804:431:cfe0:-8d02:3d78:2a3 7:3bae:7c3f

4. FCC - 2022

No sistema operacional Windows 10, funcionando em condições normais, pode-se obter informações de desempenho do computador, tais como uso de CPU e Memória, em uma aba do

- (A) Exibidor de *Performance*.
- (B) Gerenciador de Arquivos.
- (C) Explorador de Tarefas.
- (D) Gerenciador de Tarefas.
- (E) Gestor da Barra de Tarefas.

5. FCC - 2022

Uma pessoa precisa acessar o Gerenciador de Tarefas em um computador com o sistema operacional Windows 10 em português, funcionando em condições ideais. Considere as ações:

- I. posicionar o mouse sobre o botão Iniciar e clicar com o botão direito do mouse > a partir das opções oferecidas pelo menu que aparece, selecionar o Gerenciador de Tarefas.
- II. pressionar as teclas de atalho Windows T que dão acesso direto ao Gerenciador de Tarefas.
- III. pressionar simultaneamente as teclas Ctrl Alt Del > na tela que aparece, selecionar o Gerenciador de Tarefas.

A pessoa conseguirá acessar o Gerenciador de Tarefas por meio

- (A) das ações I e III, apenas.
- (B) das ações I e II, apenas.
- (C) da ação III, apenas.
- (D) das ações II e III, apenas.
- (E) das ações I, II e III.

6. FCC - 2022

Os documentos criados em um computador com Microsoft Windows normalmente são gravados em uma pasta chamada Documentos do HD ou SSD, ou em outra pasta selecionada pelo usuário. Para evitar a perda do documento caso ocorram falhas graves nesses dispositivos de armazenamento, é aconselhável manter um *backup* do

documento em um *pen drive* ou HD externo, por exemplo. Estando duas janelas do Windows abertas, lado a lado, sem documentos selecionados, uma com a pasta Documentos do HD e outra com a unidade de *pen drive*, para copiar um arquivo da pasta Documentos para o *pen drive* basta

- (A) pressionar as combinações de teclas CTRL + X e CTRL + V.
- (B) manter pressionada a tecla SHIFT e arrastar o arquivo da janela da pasta Documentos para a janela do *pen drive*.
- (C) arrastar o arquivo da janela da pasta Documentos para a janela do *pen drive*.
- (D) pressionar as combinações de teclas CTRL + C e CTRL + V.
- (E) clicar no menu Arquivo e na opção Copiar e, depois, na opção Arquivo e Colar.

7. FCC - 2022

Em um computador com o Windows, um Professor estava digitando um documento em um editor de textos utilizando informações de uma página web aberta no navegador. Eventualmente ele copiava partes que estavam na página web aberta para o documento que estava redigindo. Em certo momento ele pressionou a combinação de teclas ALT + TAB, que permite

- (A) copiar um trecho de texto selecionado.
- (B) salvar o estado da janela ativa.
- (C) recortar um trecho de texto selecionado.
- (D) alternar entre janelas abertas no Windows.
- (E) colar um trecho de texto copiado.

8. FCC - 2022

Um dos primeiros passos para se proteger um computador com o Windows 10, em português, contra *malwares* é desativar a reprodução automática de dispositivos USB, CD, Blu-ray, DVD etc. Isso faz com que, quando se conectar, por exemplo, um *pen drive* em uma porta USB, qualquer malware que seria executado automaticamente seja evitado. Em condições ideais, para se chegar à janela onde será possível desativar a reprodução automática para todas as mídias e dispositivos, clica-se na tecla com o símbolo (logotipo) do Windows, depois na sequência de opções:

- (A) Configurações > Dispositivos > Reprodução automática.
- (B) Acessórios > Configurações > Autoexecutar.
- (C) Explorador de Arquivos > Autoexecutar > Dispositivos.

- (D) Painel de Controle > Dispositivos > Autoexecutar.
- (E) Painel de Controle > Sistema e Segurança > Reprodução automática.

9. FCC - 2022

No Microsoft Windows 10, um bombeiro está trabalhando com duas janelas abertas, uma com o navegador web e outra com o Microsoft Word. Estando na janela do navegador web ativa, para fechar essa janela rapidamente poderá utilizar a combinação de teclas

- (A) ALT + TAB
- (B) ALT + F4
- (C) CTRL + F5
- (D) ALT + DELETE
- (E) SHIFT + F4

10. FCC - 2022

Após entrar nas configurações do sistema no Windows 10, em português e em condições ideais, um técnico clicou na opção Sobre, depois na opção Configurações Avançadas do Sistema e a janela Propriedades do Sistema foi aberta. Para permitir que o computador seja controlado remotamente ele precisa ativar a opção Permitir que este computador seja controlado remotamente, a partir de um clique na guia

- (A) Avançado e na opção Configuração Remota.
- (B) Avançado e na opção Administração Remota.
- (C) Proteção do Sistema e na opção Configuração Remota.
- (D) Remoto e no botão Avançado....
- (E) Proteção do Sistema e no botão Configurar....

11. FCC - 2020

Para maior segurança com as informações de uma Assembleia Legislativa, computadores de deputados serão configurados para bloquearem automaticamente o acesso, assim que o usuário se afastar do computador com o seu telefone celular.

Considerando que os deputados têm computadores com a versão mais atual do Windows 10, em português e Bluetooth, para realizar essa configuração, a equipe de assistência de informática precisa

- (A) alterar a política de senha para complexa, acessando a configuração de senhas do sistema.
- (B) selecionar a opção de bloqueio dinâmico, nas opções de entrada da configuração de contas, na configuração do Windows.
- (C) configurar a opção PIN do Windows hello, nas opções de entrada da configuração de contas do sistema operacional.

(D) alterar as opções de acesso e bloqueio para controle por chave de segurança física.

(E) escolher, na opção de administração de dispositivos, a rede local de conexão e o dispositivo bluetooth desejado.

12. FCC - 2020

A equipe de assistência de informática quer criptografar um dispositivo de disco que opera em um computador com Windows 10, em português. Para saber se o recurso de criptografia está habilitado no Windows 10, é necessário estar autenticado como administrador do sistema operacional e

(A) selecionar o botão Iniciar, depois Configurações, Atualização e Segurança, Criptografia do dispositivo.

(B) digitar, na caixa de pesquisa no rodapé da tela do Windows, Configurações de Criptografia e, depois, escolher o dispositivo.

(C) selecionar o botão Iniciar, depois selecionar a Conta do usuário logado e, em seguida, a opção de Criptografia de dados.

(D) selecionar o botão Iniciar, depois Documentos, Criptografia dos documentos.

(E) digitar, na caixa de pesquisa no rodapé da tela do Windows, Proteção de dispositivos e, em seguida, escolher o dispositivo.

13. FCC - 2020

Um deputado estadual que está em viagem acionou a equipe de assistência de informática porque acredita que um vírus invadiu o seu notebook com Windows 10, em português. Para realizar uma verificação de vírus na máquina, incluindo a verificação do sistema de boot, estando o computador sem conexão a redes, o deputado será orientado a utilizar a opção de verificação da proteção contra vírus do Windows

(A) *completa*.

(B) *personalizada*.

(C) *atualizada*.

(D) *rápida*.

(E) *offline*.

14. FCC - 2022

Usando o Microsoft Office 2010 ou superior, em Português, e em condições normais de funcionamento e configuração, um Assistente criou um texto em um arquivo Word, com letras artísticas que podem ser escolhidas em um painel quando, no grupo Texto do menu Inserir, for selecionada a opção:

(A) Inserir WordArt.

(B) Caixa de texto especial.

(C) Objeto de desenho.

(D) Inserir Letras especiais.

(E) Texto artístico a partir de.

15. FCC - 2022

Por meio das régua que aparecem no Microsoft Word 2010, em português, é possível definir margens, recuos e tabulações no documento em edição. Porém, estas régua muitas vezes não estão visíveis. Para torná-las visíveis deve-se clicar em

(A) Página Inicial > Mostrar régua.

(B) Layout > Ativar régua.

(C) Exibir > Régua > Horizontal e vertical.

(D) Página Inicial > Régua > Exibir régua.

(E) Exibir > Régua.

16. FCC - 2022

Para criar um formulário no Microsoft Word 2010, em português, e adicionar controles como caixas de seleção, caixas de texto, selecionadores de data e listas suspensas, é necessário habilitar a guia Desenvolvedor, que não é exibida por padrão. Para se chegar ao local da janela onde será possível habilitar essa guia, clica-se em

(A) Arquivo > Barra de Ferramentas > Opções > Guias.

(B) Referências > Opções > Personalizar Barra de Ferramentas.

(C) Arquivo > Opções > Personalizar Faixa de Opções.

(D) Exibir > Guias > Formulários.

(E) Exibir > Personalizar Guias > Meu Superior.

17. FCC - 2022

Um bombeiro está digitando um documento no Microsoft Word 2010 com o layout da página na orientação retrato. Porém, a partir da próxima página, precisa colocar um conteúdo que exige layout na orientação paisagem. Para que a próxima página possa ser configurada com *layout* na orientação paisagem ele deve

(A) mudar a configuração do documento para híbrida, permitindo assim personalizar a orientação de layout de forma diferente em cada página.

(B) entrar nas configurações de página do documento e mudar a orientação de páginas para paisagem.

(C) criar um contêiner de conteúdo na nova página e configurar este contêiner com orientação paisagem.

SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS

1. (2023)

Ao deparar com uma crise, o agente de polícia judicial deve adotar os procedimentos emergenciais conhecidos como medidas iniciais de controle e condução da crise. Considere:

I. As medidas iniciais de controle e condução da crise requerem três ações que são adotadas sequencialmente (uma após a outra).

II. As medidas iniciais de controle e condução da crise requerem quatro ações que são adotadas simultaneamente (ao mesmo tempo).

III. As ações são: conter e isolar a crise, acionar os meios e apoios necessários e iniciar a verbalização com o causador da crise.

IV. As ações são: conter a crise, acionar os meios e apoios necessários e iniciar a verbalização com o causador da crise.

V. Todas as ações devem ser adotadas exclusivamente pelo órgão policial especializado em gerenciamento de crises e negociação.

VI. Todas as ações devem ser desencadeadas pelo agente policial que primeiro se deparou com a crise.

VII. Todas as ações, exceto a verbalização com o causador da crise, devem ser desencadeadas pelo técnico de segurança ou policial que primeiro se deparou com a crise.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, IV e VII.
- (B) I, IV e V.
- (C) II, III e VII.
- (D) II, III e VI.
- (E) II, III e V.

2. (2023)

Uma equipe de segurança de dignitários acompanha a pé a autoridade em um evento em local aberto. Em determinado momento ocorre um ataque com arma longa, a longa distância, contra a pessoa protegida. As primeiras providências que devem ser adotadas pela equipe são:

- (A) reação imediata para a neutralização da fonte do ataque e retirada da autoridade para um local seguro.
- (B) cobertura da pessoa protegida e reação imediata para a neutralização da fonte do ataque.

(C) cobertura da pessoa protegida e permanência no local até o término do ataque.

(D) retirada da autoridade e providências para a prisão do criminoso.

(E) cobertura e retirada da pessoa protegida para um local seguro.

3. (2023)

Durante a execução da atividade de segurança, considere um agente que responde mais diretamente pela proteção do dignitário. Na formação de agentes, independentemente do quantitativo envolvido, esse agente será o elemento que atuará mais próximo do protegido. Se todas as medidas de segurança falharem, ele atuará como “escudo humano” da autoridade. É correto afirmar que o referido agente receberá a denominação, na segurança aproximada, de

- (A) Alvo.
- (B) Águia.
- (C) Colete.
- (D) Escudo.
- (E) Mosca.

4. (2023)

Considere a situação de um ataque ao dignitário, utilizando-se arma branca. É correto afirmar que, nessa hipótese, a equipe de segurança deve

- (A) evitar a utilização de arma de eletrochoque.
- (B) retirar o dignitário sem tomar qualquer outra atitude.
- (C) não utilizar em qualquer hipótese a arma de fogo para incapacitar a agressão.
- (D) acionar os órgãos policiais.
- (E) tentar imobilizar e desarmar o agressor utilizando a defesa pessoal.

5. (2023)

Considere a hipótese de um agente receber a atribuição de inspecionar (inspeção de segurança), objetivando a detecção e a neutralização de quaisquer objetos, artefatos ou equipamentos que se constituam num risco para a segurança do dignitário. Nesta situação, busca-se identificar previamente qualquer perigo potencial, armadilhas, arte-

fatos explosivos ou equipamentos de vigilância clandestina. É correto afirmar que o enunciado se refere à técnica denominada

- (A) higienização.
- (B) varredura.
- (C) limpeza.
- (D) investigação.
- (E) proteção.

6. (2023)

A segurança em torno da autoridade dispõe-se em círculos concêntricos, orientados de acordo com o sentido de seu deslocamento. É correto afirmar que o primeiro círculo é composto pela

- (A) segurança velada.
- (B) proteção em escudo.
- (C) bloqueio de aproximação.
- (D) segurança privada.
- (E) segurança aproximada.

7. (2023)

Para responder a questão, considere o texto abaixo.

Paulo (governador) e José (senador) discutem e são apartados por seguranças

A briga ocorreu quando Paulo chegava para uma visita ao Departamento de Operações de Trânsito do Estado. Os políticos Paulo e José discutiram, quase se agrediram fisicamente e tiveram de ser separados por seguranças. Paulo foi abordado por José, que levava consigo um megafone.

José, que estava acompanhado de um amigo, disse ter sido chamado ao local por agentes de trânsito descontentes com a reforma da previdência estadual e com o reajuste concedido à categoria por Paulo.

Vídeos que circulam nas redes sociais mostram José indo em direção a Paulo. Os dois discutem e José chama Paulo de “medroso”, “mole” e “preguiçoso”. Não é possível identificar o que Paulo responde, mas grita com o dedo em riste em direção a José.

O senador então é retirado do local por seguranças do governador.

Em nota divulgada depois da briga, José disse que Paulo “falou impropérios” a ele. Já Paulo acusou José de desrespeitá-lo.

O Sindicato dos Agentes de trânsito do Estado afirmou que a escolta de Paulo promoveu “agressões” a José, que estava presente para se manifestar democraticamente, quando foi agredido e retirado à força do local pela escolta, poucos momentos após a chegada de Paulo.

A ação da equipe de segurança do Governador Paulo, ao retirar do local o Senador José, a quem dirigiu agressões verbais, segundo a doutrina de segurança de dignitários:

- (A) está parcialmente correta, pois caberia à equipe de segurança, além de retirar o agressor do local, realizar o registro do fato no Distrito Policial da área
- (B) não está correta, pois deveria proteger o dignitário Paulo, no caso da agressão verbal, aumentar a atenção e facilitar a retirada do local.
- (C) está correta, pois cabe à equipe de segurança de Paulo afastar o agressor da proximidade da pessoa protegida.
- (D) não está correta, pois deveria ter protegido Paulo e, necessariamente, no caso da agressão verbal, retirando-o do local para um abrigo.
- (E) está parcialmente correta, pois além de ter retirado José do local, também deveria ter levado Paulo para um local seguro.

8. (2023)

Para responder a questão, considere o texto abaixo.

Paulo (governador) e José (senador) discutem e são apartados por seguranças

A briga ocorreu quando Paulo chegava para uma visita ao Departamento de Operações de Trânsito do Estado. Os políticos Paulo e José discutiram, quase se agrediram fisicamente e tiveram de ser separados por seguranças. Paulo foi abordado por José, que levava consigo um megafone.

José, que estava acompanhado de um amigo, disse ter sido chamado ao local por agentes de trânsito descontentes com a reforma da previdência estadual e com o reajuste concedido à categoria por Paulo.

Vídeos que circulam nas redes sociais mostram José indo em direção a Paulo. Os dois discutem e José chama Paulo de “medroso”, “mole” e “preguiçoso”. Não é possível identificar o que Paulo responde, mas grita com o dedo em riste em direção a José.

O senador então é retirado do local por seguranças do governador.

Em nota divulgada depois da briga, José disse que Paulo “falou impropérios” a ele. Já Paulo acusou José de desrespeitá-lo.

O Sindicato dos Agentes de trânsito do Estado afirmou que a escolta de Paulo promoveu “agressões” a José, que estava presente para se manifestar democraticamente, quando foi agredido e retirado à força do local pela escolta, poucos momentos após a chegada de Paulo.

A ação de segurança de dignitários descrita, refere-se à equipe ...!... Caso o corpo de segurança de Paulo tivesse optado por alocar agentes para comparecer ao evento

momentos antes, a fim de identificar presença hostil no local do evento, talvez evitando o evento indesejado, utilizaria uma equipe ...^{II}... O levantamento anterior de informações sobre os convidados ao evento, que também poderia fornecer subsídios sobre fontes hostilizantes e eventuais riscos para a integridade física e moral do dignitário, seria realizado pela equipe ...^{III}...

As lacunas I, II e III são, correta e respectivamente, preenchidas por:

- (A) tática — avançada — preparatória
- (B) aproximada — avançada — precursora
- (C) tática — aproximada — precursora
- (D) aproximada — precursora — velada
- (E) pessoal — velada — precursora

9. (2023)

Para responder a questão, considere o texto abaixo.

Paulo (governador) e José (senador) discutem e são apartados por seguranças

A briga ocorreu quando Paulo chegava para uma visita ao Departamento de Operações de Trânsito do Estado. Os políticos Paulo e José discutiram, quase se agrediram fisicamente e tiveram de ser separados por seguranças. Paulo foi abordado por José, que levava consigo um megafone.

José, que estava acompanhado de um amigo, disse ter sido chamado ao local por agentes de trânsito descontentes com a reforma da previdência estadual e com o reajuste concedido à categoria por Paulo.

Vídeos que circulam nas redes sociais mostram José indo em direção a Paulo. Os dois discutem e José chama Paulo de “medroso”, “mole” e “preguiçoso”. Não é possível identificar o que Paulo responde, mas grita com o dedo em riste em direção a José.

O senador então é retirado do local por seguranças do governador.

Em nota divulgada depois da briga, José disse que Paulo “falou impropérios” a ele. Já Paulo acusou José de desrespeitá-lo.

O Sindicato dos Agentes de trânsito do Estado afirmou que a escolta de Paulo promoveu “agressões” a José, que estava presente para se manifestar democraticamente, quando foi agredido e retirado à força do local pela escolta, poucos momentos após a chegada de Paulo.

Com referência à atividade de segurança de dignitários, o dano identificado

(A) ocorreu aos dois dignitários envolvidos, José e Paulo, porém trata-se de dano potencial, pois não evoluiu para um atentado à integridade física, graças à intervenção da equipe de segurança, conforme descrito no caso

(B) não ocorreu conforme relatos de ambas as partes. A agressão verbal foi mútua.

(C) não ocorreu, pois Paulo não sofreu agressão física, em que pese a nota do Sindicato dos Agentes de Trânsito.

(D) ocorreu, ao se considerar a declaração do Sindicato dos Agentes de Trânsito e, no caso, trata-se de dano à imagem de Paulo, que também é objeto de proteção da equipe de segurança.

(E) foi sofrido apenas por José, por ter sido retirado à força, o que denota a imposição física necessária para caracterizar o dano.

10. (2022)

Um dignitário, por algum motivo de força maior, compareceu a um evento com apenas um agente de segurança. Nesse caso, o único agente de segurança deverá adotar a seguinte providência:

(A) De forma geral, deverá posicionar-se atrás e à direita do dignitário, com atenção redobrada em todas as direções e adotar as posturas relativas à função conhecida como “mosca”.

(B) Apenas em situações de risco deverá postar-se atrás e à direita da autoridade, em uma função conhecida como “ala direita”, com atenção redobrada para a sua retaguarda, sendo que o dignitário se incumbirá de notar tudo o que acontece à sua frente.

(C) De forma geral deverá adotar a postura conhecida como “retaguarda” permanecendo atrás e à direita do dignitário e a atenção do agente deve estar voltada para a retaguarda e laterais, pois o que acontece à frente será alertado pelo dignitário, pois esse agente tem seu ângulo de visão comprometido.

(D) Em situações de risco, como manifestações hostis e grande aglomeração de pessoas, deverá postar-se a frente e à direita da autoridade, adotando a função conhecida como “mosca” e manter a atenção redobrada para todas as direções.

(E) Deverá permanecer no veículo caso haja a necessidade de retirada emergencial, por meio de itinerário previamente definido em plano de contingência.

NOÇÕES DE PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA

1. FCC - 2023

De acordo com o Decreto nº 70.274/1972 (Decreto de Cerimonial), em jantares e almoços, no tocante ao envio de representante no lugar da autoridade que esteja impossibilitada de comparecer,

- (A) deverá ser enviado representante, desde que comunicado formalmente com, ao menos, um dia de antecedência.
- (B) nenhum convidado poderá fazer-se representar.
- (C) poderá ser enviado representante, desde que comunicado formalmente com, ao menos, dois dias de antecedência.
- (D) qualquer convidado poderá fazer-se representar sem prévio aviso.
- (E) poderá ser enviado representante que ocupará o mesmo lugar destinado à autoridade representada.

2. FCC - 2023

De acordo com o Decreto nº 70.274/1972, que aprova as Normas de Cerimonial Público e a Ordem Geral de Precedência, a colocação de autoridades que não constem na ordem geral de precedência, ou seja, nos casos omissos, será determinada

- (A) pelo chefe do cerimonial, quando solicitado, que prestará esclarecimento de natureza protocolar, bem como determinará a colocação de autoridades e personalidades que não constam da Ordem Geral de Precedência.
- (B) pelo anfitrião, independentemente da determinação de colocação da autoridade ou personalidade pelo Chefe do Cerimonial, uma vez que é corresponsável pela recepção dos convidados.
- (C) pelo chefe da segurança, uma vez que a colocação de autoridade em local de precedência não expressamente prevista no Decreto de Cerimonial poderá colocar em risco a segurança do evento.
- (D) pela autoridade que preside o evento, a qual é responsável pela acomodação das autoridades e personalidades na mesa diretora.
- (E) pela assessoria que acompanha a autoridade ou personalidade no evento, a qual determinará que a melhor posição deve ser ocupada de acordo com a precedência não prevista no Decreto de Cerimonial.

3. FCC - 2023

De acordo com o Decreto de Cerimonial nº 70.274/1972, considera-se direita de um dispositivo de bandeiras: a direita de uma pessoa colocada junto a ele e voltada para a rua, para a plateia, ou, de modo geral, para o público que observa o dispositivo. À Bandeira Nacional, em todas as apresentações no território nacional, ocupa lugar de honra, compreendido, como uma posição:

- I. Central ou a mais próxima do centro e à direita deste, quando com outras bandeiras, pavilhões ou estandartes, em linha de mastros, panóplias, escudos ou peças semelhantes.
- II. Destacada à frente de outras bandeiras, quando conduzida em formaturas ou desfiles.
- III. À direita de tribunas, púlpitos, mesas de reuniões ou de trabalho.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III, apenas.

4. FCC - 2023

Suponha que Carlos está organizando um evento oficial, de caráter estadual, em sua instituição na cidade de Campinas. A ordem de precedência correta é Governador,

- (A) Presidente da Assembleia Legislativa, Presidente do Tribunal de Justiça, Prefeito de Campinas, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Reitor da Unicamp, Desembargador do Tribunal de Justiça.
- (B) Presidente da Assembleia Legislativa, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador do Tribunal de Justiça, Reitor da Unicamp, Prefeito de Campinas.
- (C) Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Reitor da Unicamp, Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador do Tribunal de Justiça, Prefeito de Campinas, Presidente da Assembleia Legislativa.

(D) Presidente da Assembleia Legislativa, Prefeito de Campinas. Reitor da Unicamp, Presidente do Tribunal de Justiça, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Desembargador do Tribunal de Justiça.

(E) Prefeito de Campinas, Presidente da Assembleia Legislativa, Reitor da Unicamp, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Desembargador do Tribunal de Justiça, Presidente do Tribunal de Justiça.

5. FCC - 2023

O assessor de comunicação está encarregado de organizar um evento que reunirá desembargadores e presidentes de tribunais regionais. Confirmaram a presença, na seguinte ordem, os representantes dos seguintes estados da Federação: Amapá, Acre, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba e Amazonas.

A precedência das bandeiras dos Estados representados será:

(A) Pernambuco, Minas Gerais, Bahia; Paraíba, Amazonas, Amapá e Acre.

(B) Minas Gerais, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Amazonas, Acre e Amapá.

(C) Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco.

(D) Amapá, Acre, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba e Amazonas.

(E) Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Paraíba, Amazonas, Acre e Amapá.

6. FCC - 2022

Nas cerimônias de caráter federal, em igualdade de Categoria, a precedência, da maior para a menor, será na seguinte ordem:

1º	2º	3º
(A) As autoridades e os funcionários estaduais e municipais	As autoridades e os funcionários da União	Os estrangeiros
(B) As autoridades e os funcionários da União	Os estrangeiros	As autoridades e os funcionários estaduais e municipais
(C) os estrangeiros	As autoridades e os funcionários Da União	As autoridades e os funcionários estaduais e municipais
(D) As autoridades e os funcionários da União	As autoridades e os funcionários estaduais e municipais	Os estrangeiros
(E) Os estrangeiros	As autoridades e os funcionários estaduais e municipais	As autoridades e os funcionários da União

7. FCC - 2022

Presidente do TRT-5 compareceu à cerimônia de anúncio de programa de cursos profissionalizantes a jovens aprendizes na sede da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia, em Salvador. Sabendo-se que se trata de cerimônia oficial, de caráter estadual, no Estado da Bahia, e que estão presentes ao evento, entre outras autoridades de menor precedência, o Governador do Estado da Bahia, o Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, o Reitor da Universidade Federal da Bahia e o Prefeito de Salvador, de acordo com o Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972, a ordem de precedência das autoridades neste evento, da maior para a menor precedência é o

(A) Governador do Estado da Bahia, o Prefeito de Salvador, o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Reitor da Universidade Federal da Bahia e o Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social.

(B) Governador do Estado da Bahia, o Reitor da Universidade Federal da Bahia, o Prefeito de Salvador, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, e o Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social.

(C) Governador do Estado da Bahia, o Reitor da Universidade Federal da Bahia, o Prefeito de Salvador, o Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social e o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.

(D) Governador do Estado da Bahia, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho e o Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, o Reitor da Universidade Federal da Bahia e o Prefeito de Salvador.

(E) Governador do Estado da Bahia, o Prefeito de Salvador, o Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, o Reitor da Universidade Federal da Bahia e o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.

8. FCC - 2023

Adriano, soldado da polícia militar, sacava uma certa quantia em dinheiro no caixa eletrônico existente em uma praça do município, ocasião em que foi abordado por Flávio que, fazendo uso de um estilete, anunciou o assalto, subtraindo o valor sacado por Adriano naquele instante. Na sequência, Flávio foge do local em sua bicicleta, ocasião em que Adriano, armado de um revólver, passa a persegui-lo, localizando-o, aproximadamente, uma hora depois dos fatos, há três quilômetros do local, quando então efetua um disparo contra Adriano que, ferido, cai de sua bicicleta, vindo a falecer no local. Diante da situação acima descrita, Adriano

- (A) deverá responder pelo excesso, embora tenha agido em legítima defesa.
- (B) praticou crime de homicídio doloso contra Flávio.
- (C) ficará isento de pena diante da inexigibilidade de conduta diversa.
- (D) estará acobertado pela excludente da legítima defesa.
- (E) ficará isento de pena por ter agido em estrito cumprimento de um dever legal.

9. FCC - 2022

O crime de feminicídio tem a pena aumentada de um terço até a metade se o crime for praticado

- (A) durante a gestação ou nos 6 (seis) primeiros meses posteriores ao parto.
- (B) contra pessoa com menos de 18 (dezoito) anos ou mais de 60 (sessenta) anos.
- (C) com emprego de tortura ou outro meio insidioso ou cruel.
- (D) após o descumprimento de qualquer medida protetiva de urgência.
- (E) na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.

10. FCC - 2022

Acerca das disposições legais sobre a representação, é **correto** afirmar:

- (A) No caso de crime capitulado como furto de coisa comum, a necessária representação será irretroatável após recebida a denúncia.
- (B) Oferecida a representação, torna-se obrigatória a instauração de inquérito policial, sem o qual não pode o Ministério Público intentar ação penal.
- (C) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, extingue-se o processo penal pela decadência do direito de representar.
- (D) O crime de estelionato, a partir do denominado "Pacote Anticrime", passou a ser de ação penal pública incondicionada, salvo se a vítima for criança ou adolescente, quando se exigirá representação dos responsáveis legais.
- (E) O inquérito policial para averiguar a ocorrência de crime de perigo de contágio venéreo não pode ser iniciado sem a representação do ofendido.

11. FCC - 2022

Nos crimes contra a honra dos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Supremo Tribunal Federal, as penas cominadas no Código Penal

- (A) aumentam-se de 2/3.
- (B) aplicam-se em dobro.
- (C) aplicam-se em triplo.
- (D) aumentam-se de 1/3.
- (E) aumentam-se de 1/2

12. FCC - 2022

O crime de ameaça

- (A) tem a pena aumentada da metade se cometido contra mulher por razões da condição de sexo feminino.
- (B) pode ser praticado por gesto ou qualquer outro meio simbólico.
- (C) é punido com pena de multa cumulativamente com a pena privativa de liberdade.
- (D) deve conter a promessa de um mal injusto que, se for grave, aumenta a pena em um sexto.
- (E) praticado mediante violência tem a pena aumentada em um terço.

LEGISLAÇÃO

1. FCC - 2022

Atenção: As questões referem-se ao Direito Penal.

Considere as hipóteses abaixo:

I. conselheiro tutelar.

II. servidor ocupante de cargo em comissão.

III. mesário eleitoral e jurado em Tribunal do Júri.

IV. funcionário de empresa contratada para prestar atividade atípica da Administração Pública.

V. servidores temporários, contratados sem concurso, por tempo determinado.

Para efeitos penais, considera-se funcionário público as hipóteses previstas unicamente em

(A) I, II, IV e V.

(B) II, III e V.

(C) II, III e IV.

(D) I, II, III e V.

(E) II e V.

2. FCC - 2023

Considere os seguintes tipos penais, relativos aos crimes contra a administração:

- | | |
|----------------------|--|
| 1. Prevaricação | a. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio. |
| 2. Peculato | b. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida. |
| 3. Concussão | c. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem. |
| 4. Corrupção Passiva | d. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. |

A correta correlação entre os tipos penais e os crimes é:

(A) 1-a - 2-d - 3-b - 4-c.

(B) 1-d - 2-b - 3-a - 4-c.

(C) 1-d - 2-a - 3-b - 4-c.

(D) 1-b - 2-d - 3-a - 4-c.

(E) 1-d - 2-b - 3-c - 4-a.

3. FCC - 2022

Abigail, servidora pública do Tribunal Regional do Trabalho, resolveu subtrair para si duas impressoras instaladas em seu local de trabalho, patrimônio do tribunal. Para tanto, convenceu seu namorado, Pablo, desempregado, a acompanhá-la na cena do crime. Após o término do expediente, valendo-se da facilidade que seu cargo lhe proporcionava, Abigail se identificou na portaria do tribunal informando que precisava buscar alguns pertences pessoais que havia esquecido na repartição onde trabalha, tendo o seu acesso sido autorizado pelos funcionários da segurança. Dando continuidade ao seu intento criminoso, Abigail, conhecedora das instalações do local e da estrutura do prédio, subtraiu as

referidas impressoras e as entregou pela janela para Pablo que aguardava do lado de fora do prédio. Na sequência, ele colocou as impressoras no interior de seu veículo, evadindo-se do local. Abigail, logo em seguida, consegue sair do tribunal sem despertar qualquer suspeita. Ocorre, contudo, que o crime é descoberto, após a checagem de rotina das câmeras de segurança instaladas no local, ocasião em que a polícia foi acionada, vindo a deter os criminosos. Diante do caso hipotético acima descrito, e à luz do ordenamento jurídico nacional,

- (A) Abigail praticou o crime de apropriação indébita, enquanto Pablo praticou o crime de furto qualificado.
- (B) Abigail praticou o crime de peculato furto e Pablo o crime de furto qualificado mediante fraude, haja vista que ele não era servidor público.
- (C) Abigail e Pablo praticaram o crime de furto qualificado pelo abuso de confiança e em concurso de agentes.
- (D) Abigail e Pablo praticaram o crime de peculato furto em concurso de agentes.
- (E) Abigail e Pablo praticaram o crime de peculato mediante erro de outrem, em concurso de agentes.

4. FCC - 2022

Durante o ápice da pandemia de Covid-19, um servidor da Defensoria Pública do Estado do Amazonas recebeu um computador institucional para poder realizar o trabalho remoto em sua residência. Contudo, em razão de dificuldades financeiras, acabou vendendo o referido bem em proveito próprio. A conduta adotada pelo servidor

- (A) não caracteriza crime.
- (B) caracteriza o crime de corrupção passiva.
- (C) caracteriza o crime de concussão.
- (D) caracteriza o crime de prevaricação.
- (E) caracteriza o crime de peculato.

5. FCC - 2024

João, investigador de polícia, demonstrou interesse em adquirir um aparelho celular em uma página na internet, anunciado por Paulo, proprietário do telefone. No local combinado para a transação, João pediu para que Paulo exibisse a nota fiscal do produto. Paulo, então, informou que não mais possuía o documento, ocasião em que João lhe deu voz de prisão, acusando-o da prática de crime, sem qualquer prova de sua prática, exigindo, na sequência, a quantia de R\$ 1.000,00 (mil reais) para não o levar preso. Por Paulo não possuir, naquele momento, a quantia exigida, João passou a pressioná-lo e marcou um novo encontro no dia seguinte, ocasião em que João foi abordado por outros policiais acionados por Paulo, levan-

do João preso à delegacia de polícia. Considerando tão somente as informações apresentadas na questão, João teria praticado, em tese, o crime de:

- (A) excesso de exação.
- (B) corrupção passiva.
- (C) corrupção ativa.
- (D) violência arbitrária.
- (E) concussão.

6. FCC - 2023

Segundo definição do Código Penal, exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida caracteriza o crime de

- (A) descaminho.
- (B) corrupção passiva.
- (C) concussão.
- (D) prevaricação.
- (E) condescendência criminosa.

7. FCC - 2022

De acordo com o que estabelece o ordenamento jurídico, bem como o entendimento dos tribunais superiores acerca do crime de excesso de exação, art. 316, §1o, do Código Penal,

- (A) estará incurso na mesma pena o funcionário que desviar, em proveito próprio, ou de terceiro, o que recebeu indevidamente, tratando-se, pois, de mero exaurimento do crime.
- (B) os verbos solicitar, exigir e sugerir são os núcleos deste tipo penal, que pode se dar de forma direta (pelo próprio agente) e de forma indireta (por meio de interposta pessoa).
- (C) por se tratar de crime formal, ele se consumará com o recebimento da vantagem indevida.
- (D) é aplicável ao crime de excesso da exação, assim como a todos os delitos praticados contra a Administração Pública, o princípio da insignificância.
- (E) somente o funcionário público, assim como conceituado pelo Código Penal, poderá ser o sujeito ativo deste crime, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas sempre em razão dela, podendo o particular ser coautor ou partícipe, caso tenha conhecimento da condição de funcionário público do autor.

8. FCC - 2022

Marília viajava com a família em seu automóvel com destino ao litoral, ocasião em que foi parada por um policial rodoviário em uma blitz. Ao constatar que um dos faróis do veículo não estava funcionando, o policial exigiu de Marília certa quantia em dinheiro para que não a multasse. Diante da situação hipotética acima descrita, o policial praticou, em tese,

- (A) mera infração administrativa.
- (B) o crime de concussão.
- (C) o crime de corrupção passiva.
- (D) o crime de extorsão.
- (E) o crime de corrupção ativa.

9. FCC - 2022

Olímpio, delegado de polícia, com o fim de proteger seu amigo Erasmo, por quem tinha grande afeto, deixou de atender à requisição do membro do Ministério Público no sentido de determinar a instauração de inquérito policial para apurar eventual prática de crime por parte de Erasmo. Diante da situação hipotética acima mencionada, de acordo com o ordenamento jurídico, Olímpio praticou, em tese, o crime de

- (A) desobediência.
- (B) prevaricação.
- (C) advocacia administrativa.
- (D) corrupção passiva.
- (E) resistência.

10. FCC - 2023

Considere, hipoteticamente, que Haroldo, ocupante de cargo de Chefia de um tribunal Regional do Trabalho, autoridade competente para responsabilização de subordinado, por indulgência, deixou de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo. Nesse caso, a hipótese se amolda ao tipo de

- (A) condescendência criminosa.
- (B) violência arbitrária.
- (C) excesso de exação.
- (D) prevaricação.
- (E) advocacia administrativa.

11. FCC - 2024

Mauro é comerciante de produtos eletrônicos e reside em uma pequena cidade do Estado do Mato Grosso do Sul. Viajou para o Paraguai, na cidade de Peão Juan Caballero, onde adquiriu um carregamento de produtos eletrônicos, avaliados em US\$ 30.000 (trinta mil dólares americanos), para serem revendidos em sua loja. Mauro retorna ao Brasil com a carga pela via terrestre em um furgão. logo após

passar a fronteira entre os países, sem declarar as mercadorias adquiridas às autoridades aduaneiras e pagar os impostos necessários, ao ingressar em território brasileiro, na cidade de Ponta Porã, o veículo conduzido por Mauro é abordado pela Polícia Rodoviária Federal. Mauro é preso em flagrante e cometeu, no caso hipotético acima, o crime de

- (A) tráfico de influência.
- (B) corrupção ativa.
- (C) contrabando.
- (D) estelionato.
- (E) descaminho.

12. FCC - 2022

Considere as seguintes situações hipotéticas:

I. Ronaldo, opôs-se à execução de ato legal, mediante violência contra Eduardo, empresário que ali estava prestando auxílio a Gabriel, oficial de justiça competente para executar o referido ato.

II. Marlene exigiu para si alguma vantagem de Elisabete, a pretexto de influir em ato praticado por Rafael, funcionário público, no exercício da função que ele desempenhava.

Diante do exposto, e com base nas informações acima, em tese, Ronaldo

- (A) não praticou qualquer crime, pois Eduardo não é funcionário público, enquanto Marlene praticou o crime de advocacia administrativa.
- (B) praticou o crime de desobediência e Marlene praticou o crime de condescendência criminosa.
- (C) praticou o crime de resistência e Marlene praticou o crime de tráfico de influência.
- (D) praticou o crime de lesão corporal culposa e Marlene praticou o crime de concussão.
- (E) praticou o crime de desacato e Marlene praticou o crime de peculato.

13. FCC - 2022

Aquele que se opõe à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio, comete, em tese, o crime de

- (A) advocacia administrativa.
- (B) desobediência.
- (C) desacato.
- (D) resistência.
- (E) exercício arbitrário das próprias razões.